

As cooperativas escolares como potencializadoras para o desenvolvimento regional

Vitória Nicolini Nunes

Zilá Jacqueline Aubel

Resumo

Este artigo discute a educação como ferramenta para promover os princípios do cooperativismo por meio do Programa Cooperativas Escolares. O programa é desenvolvido em parceria com instituições de ensino que incorporam os valores cooperativistas em sua proposta educativa. Os estudantes atuam como protagonistas, exercendo o papel de pesquisadores e produtores do conhecimento. Foi analisada a cooperativa escolar Cooperzimmer, desenvolvida dentro da Escola Municipal de Ensino Fundamental Hugo Zimmer, na cidade de Rolante, estado do Rio Grande do Sul. A base teórica que sustenta o artigo é amparada pela teoria de Amartya Sen e autores que contextualizam o movimento cooperativista. Como metodologia, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e pesquisa etnográfica com coleta de depoimentos. Os resultados obtidos indicam que as cooperativas escolares potencializam o desenvolvimento humano e regional na medida em que os estudantes são envolvidos como sujeitos autônomos e protagonistas de seu próprio conhecimento.

Palavras-chave: educação; cooperativismo; cooperativas escolares; desenvolvimento regional.

Classificação JEL | I29 O15 R58

School cooperatives as enablers of regional development

Abstract

This article discusses education as a tool to promote the principles of cooperativism through the School Cooperatives Program. The Program is developed in partnership with educational institutions that incorporate cooperative values into their educational proposal. Students act as protagonists, playing the role of researchers and investigators of knowledge. This article specifically analyzes school cooperatives in Rolante, a municipality located in the Paranhana Valley/RS, specifically studying the Cooperzimmer school cooperative, developed within the

Hugo Zimmer Municipal Elementary School. The theoretical basis that supports the project is supported by the theory of Amartya Sen and authors who contextualize the cooperative movement. The methodology used was a literature review and ethnographic research, in which testimonies were collected. The results obtained indicate that school cooperatives enhance human and regional development to the extent that they place the students involved as autonomous subjects and protagonists of their own knowledge.

Keywords: education; cooperativism; school cooperatives; regional development.

Classificação JEL | I29 O15 R58

Las cooperativas escolares como potenciales impulsoras del desarrollo regional

Resumen

Este artículo analiza la educación como herramienta para promover los principios del cooperativismo a través del Programa de Cooperativas Escolares. El programa se desarrolla en colaboración con instituciones educativas que incorporan valores cooperativos en su propuesta pedagógica. Los estudiantes actúan como protagonistas, desempeñando el rol de investigadores y productores de conocimiento. Se analizó la cooperativa escolar Cooperzimmer, desarrollada en la Escuela Primaria Municipal Hugo Zimmer de la ciudad de Rolante, estado de Rio Grande do Sul. La base teórica del artículo se fundamenta en la teoría de Amartya Sen y otros autores que contextualizan el movimiento cooperativo. Como metodología, se empleó investigación bibliográfica y etnográfica, con la recopilación de testimonios. Los resultados obtenidos indican que las cooperativas escolares impulsan el desarrollo humano y regional en la medida en que los estudiantes participan como sujetos autónomos y protagonistas de su propio conocimiento.

Palabras clave: educación; cooperativismo; cooperativas escolares; desarrollo regional.

Classificação JEL | I29 O15 R58

Introdução

Este trabalho tem como pauta a educação e as cooperativas escolares, temáticas inseridas no contexto do Programa Cooperativas Escolares. Neste estudo, o foco recai nas Cooperativas Escolares vinculadas ao Sistema (Sicredi), lançado em 2020, como um Programa específico e de identidade própria, com intuito de promover e capacitar os jovens através da educação cooperativa (Pollnow *et al.*, 2021).

O referido programa está diretamente ligado ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 4, que versa sobre Educação de Qualidade. Silva e Burigo (2022) relacionam o ODS 4, “Educação de Qualidade”, com a aprendizagem ao longo da vida, visto que as cooperativas favorecem o acesso à educação de

qualidade e à aprendizagem, fornecendo os meios necessários para financiar a educação, apoiando professores e escolas, criando seus próprios estabelecimentos de ensino para ofertar educação de qualidade para jovens e adultos e atuando como centros de aprendizagem. Nesse contexto, a associação ODS 4 e do relacionamento entre professor-estudante é a relação que contribui para atender as metas da “Agenda 2030” de uma educação de qualidade e equalitária (Canedo *et al.*, 2023).

Diante disso, destaca-se a melhoria da qualidade de vida humana como objetivo do desenvolvimento sustentável, permitindo que as próximas gerações possam usufruir dos recursos e das conquistas das sociedades atuais (Silva; Burigo, 2022).

O programa também está diretamente relacionado aos princípios do cooperativismo, especialmente ao 5 – educação, formação e informação, e ao 7 – interesse pela comunidade.

Segundo a Fundação Sicredi, a proposta do programa é guiada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organizações Nações Unidas (ONU) em conjunto com os princípios do Cooperativismo, sendo eles os norteadores, pois criam uma unidade entre os valores que guiam o propósito de cada programa (Fundação Sicredi, 2025).

O presente estudo tem como objetivo compreender a importância da educação cooperativa no contexto das cooperativas escolares, identificando os princípios da educação e o funcionamento da cooperativa escolar Cooperzimmer. Para tanto, utilizou-se como método um caso de inspiração etnográfica realizado em uma cooperativa escolar situada no município de Rolante, no Rio Grande do Sul e os parceiros envolvidos na implantação e execução do Programa.

Esse estudo justifica-se diante da necessidade de compreender como se dá a formação cidadã e empreendedora proporcionada pelas cooperativas escolares, bem como o funcionamento da integração teoria-prática e o desenvolvimento local e sustentável. Ainda, destaca-se que as cooperativas escolares se constituem em alternativa pedagógica inovadora e que, apesar disso, existe pouca produção científica sobre o tema.

Entretanto, para compreender a investigação que deu origem a este artigo é necessário conhecimento das cooperativas escolares. As cooperativas escolares nasceram do propósito de educar jovens estudantes através do cooperativismo. Compostas por alunos voluntários dos ensinos fundamental e médio, têm o objetivo de formar novos gestores e líderes de comunidades. As cooperativas escolares funcionam como uma espécie de laboratório de aprendizagem para os jovens, aliando conhecimentos a respeito do cooperativismo e empreendedorismo com os conteúdos de sala de aula. São uma proposta de melhoria da educação e de uma formação que contribua com o desenvolvimento de futuros líderes, gestores, empreendedores, e cidadãos com responsabilidade e participação por meio da vivência de um modelo cooperativo sustentável (Balzan *et al.*, 2019).

Nesse sentido, as cooperativas escolares podem ser identificadas como associações de estudantes, que as administram com o acompanhamento de seus professores / orientadores, com o objetivo de fortalecer o espírito associativista, sentido de solidariedade, ajuda mútua e a promoção da democracia para o bem da escola e da comunidade (Cazarolli, 2021).

Desenvolvimento

Esta seção apresenta os principais conceitos do referencial teórico, compreendendo o encadeamento entre cooperativismo e a teoria de Amartya Sen.

Por cooperativa, entende-se uma livre associação entre trabalhadores que exercem uma mesma atividade econômica. Dito de outra forma, as cooperativas são compostas por pessoas que se unem voluntariamente em uma organização de propriedade comum e gerenciada democraticamente. Nesses termos, o cooperativismo, atuação que deriva da cooperativa, faz-se presente tanto no cenário econômico competitivo como na realidade social das comunidades, contribuindo para o desenvolvimento das localidades onde estão estabelecidas (Cazarolli, 2021).

O cooperativismo emergiu na Inglaterra, no final do século XIX. Os ideais cooperativistas surgiram para fazer frente às dificuldades impostas pelo capitalismo, como a exploração da mão de obra, avanços tecnológicos e desvalorização do trabalho manufatureiro (Cazarolli, 2021). Assim, o país berço da Revolução Industrial deu origem a um movimento que rapidamente se espalhou por vários lugares do mundo, inclusive o Brasil.

As cooperativas nascem, portanto, da solidariedade e da necessidade de unir dois aspectos valorosos para a sociedade – o econômico e o social – e, independentemente da complexidade, tamanho e competitividade do mercado, são sustentadas pelos valores da autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, equidade e solidariedade. Os seus membros acreditam nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os outros (Aliança Cooperativa Internacional-ACI, 2015).

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o ano oficial de início do cooperativismo no Brasil foi 1889, marcado pela fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais. Na sequência, foram constituídas outras cooperativas, também em Minas Gerais, e nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (Sistema OCB/RR, c2025).

Para atender aos princípios do cooperativismo, o quinto princípio: de educação, formação e informação, foram criadas as primeiras Cooperativas Escolares, que podem ser entendidas como um movimento de estudantes que acreditam no

cooperativismo como uma possibilidade para transformar suas comunidades. Assim, as Cooperativas Escolares buscam a educação de qualidade, promovendo a seus integrantes uma oportunidade de formação para a vida, favorecendo ainda maiores conhecimentos e permitindo que desempenhem papéis de liderança em suas comunidades (Pollnow *et al.*, 2021).

Os primeiros registros de Cooperativas Escolares no Brasil datam da primeira metade do século XX, especialmente nas regiões nordeste e sudeste do país, e foram reconhecidas com a promulgação do Decreto Federal nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, que as incluía entre as categorias principais das sociedades cooperativas (Pollnow *et al.*, 2021).

As Cooperativas Escolares idealizam o estudante como protagonista de seu aprendizado, rompendo, assim, com a transmissão vertical de conhecimento do ensino tradicional. A educação cooperativa está relacionada ao desenvolvimento do cidadão, valorizando a consciência e sua responsabilidade para com a sociedade (Pollnow *et al.*, 2021). Assim, a educação cooperativa pode ser compreendida como um conjunto de ensinamentos que aborda valores, princípios e uma série de normas previstas pelo estatuto do cooperativismo.

O modelo de Cooperativas Escolares implantado no Rio Grande do Sul é embasado no modelo argentino, país que, inclusive, introduziu um componente chamado “Educação Cooperativa” em sua grade curricular. No Rio Grande do Sul, foi na década de 1990 que surgiram inúmeras Cooperativas Escolares, sendo a ECCUART, de Teutônia/RS, e a COOUNITRA, de Victor Graeff/RS, as duas mais antigas com registro na Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS) (Pollnow *et al.*, 2021).

A partir de entrevistas realizadas com egressos de instituições de ensino gaúchas e catarinenses que ofereceram Educação Cooperativa durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, Oliveira (2000) chegou a algumas interessantes conclusões: 82% dos entrevistados afirmaram que a cooperativa-escola contribuiu para seu bem-estar na comunidade escolar ao promover integração através da solidariedade; 52,4% responderam que a cooperativa-escola teve boa participação em sua formação humana e técnica e 71% atribuíram à cooperativa-escola sua formação em liderança sócio-comunitária.

Sobre os ensinamentos cooperativistas adquiridos, 87% dos entrevistados apontaram a participação como principal ensinamento; 84%, o desenvolvimento da liderança; 81%, a responsabilidade; 71%, o desenvolvimento de espírito solidário; 66%, a iniciativa; 55%, a comunicação; e, por fim, 50% dos entrevistados citaram a criatividade como aptidão desenvolvida pela cooperativa-escola (Oliveira, 2000).

Na década de 1990, em virtude da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que tem como um de seus objetivos a proteção integral da criança e erradicação do trabalho infantil, muitas escolas optaram por fechar suas cooperativas escolares sob a justificativa de que as atividades ali desenvolvidas

poderiam ser confundidas com laborais. Em 2010, o projeto foi retomado, inicialmente, em Nova Petrópolis. O movimento se expandiu nos anos seguintes para outras cidades gaúchas e se difunde hoje pelo território nacional. Esse crescimento sustentou a criação de estrutura e metodologia próprias, as quais fundamentaram o desenvolvimento do Programa Cooperativas Escolares (Pollnow *et al.*, 2021).

De acordo com a Fundação Sicredi, o movimento das cooperativas escolares no RS voltou a ser estimulado com a parceria internacional firmada entre as cidades de Nova Petrópolis-RS e Sunchales-Santa Fé (Argentina). O intercâmbio entre pesquisadores, professores e gestores deu início a um amplo diálogo, sobretudo acerca da finalidade educativa das cooperativas escolares. Foi por meio dessas interações que muitas dúvidas foram dirimidas, chegando-se ao consenso de que as práticas educativas se sobrepõem aos aspectos produtivos e econômicos em uma cooperativa escolar (Cazarolli, 2021).

Na atualidade, o programa destaca pela sua abrangência geográfica, número de cooperativas escolares e de estudantes associados. O programa está presente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, abrange 4,9 mil estudantes associados em 145 cooperativas escolares, conforme apresenta o Relatório de Sustentabilidade 2020 (Fundação Sicredi, 2021). No que se refere ao impacto sistêmico, o programa está presente em 30 escolas, em mais de 137 municípios, com mais de 240 cooperativas escolares ativas e mais de 265 educadores capacitados (Fundação Sicredi, 2025).

O filósofo e economista indiano Amartya Sen (2000), ganhador do Prêmio Nobel de Economia no ano de 1998, apresenta o conceito original de desenvolvimento centrado na qualidade de vida humana e no bem-estar, relação intimamente conectada com a educação. A teoria reflete que o ser humano deve ser o centro do processo de desenvolvimento, processo esse que se concentra no acesso dos indivíduos aos serviços que envolvem educação, saúde, exercício de direitos civis e demais liberdades (Saleh, 2023).

Em suas teorias sobre desenvolvimento humano, Sen destaca a importância das capacidades – ou seja, a liberdade das pessoas de escolherem e viverem a vida que valorizam. A educação amplia essas capacidades, proporcionando às pessoas as habilidades e o conhecimento necessários para tomar decisões informadas e exercer seus direitos de maneira plena. Com a educação, os indivíduos podem acessar melhores oportunidades de emprego, participar ativamente da vida política e social e desfrutar de uma maior autonomia pessoal (Moser, 2024).

Amartya Sen defende, ainda, que o desenvolvimento econômico deve estar acompanhado do desenvolvimento humano (Wentropa; Botelho, 2021). Para o autor, o desenvolvimento é alcançado a partir da expansão das capacidades humanas. Para ele, a vida humana é um conjunto de “fazeres e seres”, chamado de “funcionamentos”, estando a qualidade de vida das pessoas associada ao acesso à

capacidade de funcionarem como seres humanos (Reymão; Cebolão, 2017). Além disso, a educação é um catalisador crucial para o desenvolvimento econômico, visto que sociedades com altos níveis de alfabetização e educação tendem a ser mais produtivas e inovadoras (Moser, 2024).

Dessa forma, deve-se considerar o bem-estar das pessoas, que está intrinsecamente ligado à liberdade de escolha e às oportunidades, sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, pois no processo de desenvolvimento os indivíduos possuem liberdade para desenvolver suas capacidades. E a educação faz parte do grupo das liberdades substantivas essenciais que oportunizam a inserção social e econômica dos indivíduos (Reymão; Cebolão, 2017).

É oportuno afirmar, segundo Saleh (2023), que as oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação que influenciam a liberdade substantiva do indivíduo para viver melhor. Nesse sentido, outro aspecto vital é o papel da educação na promoção da igualdade social. A formação educacional não apenas aumenta a eficiência e qualidade da força de trabalho, mas também fomenta o empreendedorismo e a criação de novas tecnologias. Investir em educação, portanto, é investir no crescimento econômico sustentável (Moser, 2024).

Neste contexto, a educação cooperativa é um processo de aprendizagem que abrange públicos distintos, diferentes demandas e que exige conteúdos variados nas propostas de capacitação. Contudo, a educação cooperativa deve ir além da educação formal, ao passo em que se compreende que esta proposta de educação estimula a participação dos cooperados e faz com que tenham conhecimento sobre valores, princípios e normas da cooperativa, enfatizando o ideal cooperativista e contribuindo para o desenvolvimento comunitário (Thesing; Sausen; Baggio, 2022).

Saleh (2023), baseando-se na teoria de Sen, elenca os cinco tipos de liberdades para a promoção do desenvolvimento, quais sejam:

- a) Liberdades Políticas: dizem respeito às oportunidades de escolha dos governantes, bem como poder exercer o papel do cidadão na fiscalização dos atos do governo e ter liberdade de expressão política;
- b) Facilidades Econômicas: dizem respeito às oportunidades para utilizar os recursos econômicos;
- c) Oportunidades Sociais: são possibilidades nas áreas de educação e saúde, para uma vida melhor e com bem-estar, além de ter outros serviços sociais capacitantes;
- d) Garantias de Transparência: diz respeito ao direito à informação em todos os níveis;
- e) Segurança Protetora: oportunizar aos indivíduos uma rede de segurança social e assistência aos necessitados, impedindo a pobreza extrema, a fome e a morte.

Diante do exposto, entende-se que a teoria de Sen reflete que a educação é indispensável para que os indivíduos possam escolher com liberdade o tipo de vida que pretendem ter e ser um agente ativo para a expansão das capacidades, bem como ter aptidão para usufruir e reivindicar seus direitos. A maioria das liberdades são conquistadas pela educação (Saleh, 2023).

No que se refere às políticas públicas, a educação é preconizada como direito pela Constituição Federal de 1988. O artigo 6º proclama o direito à educação como o primeiro direito social e o anuncia, no artigo 205, como um direito de todos e dever do Estado e da família. Portanto, a educação deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Desse modo, o Estado brasileiro reconhece a importância do tema e de assegurar aos cidadãos a dignidade da pessoa humana (Reymão; Cebolão, 2017).

Zambam e Kujawa (2017), afirmam, a partir da abordagem das políticas públicas, a importância da pessoa e a necessidade de ter as condições para o desenvolvimento das capacidades e agir como cidadão na condição de agente ativo, na atuação do Estado como organizador de políticas de promoção humana e combate às desigualdades. Sob essa ótica, as políticas públicas têm como objetivo contribuir com o processo de desenvolvimento social, isto é, não estão submetidas exclusivamente às demandas do crescimento econômico nem têm como opção prioritária apenas a busca do bem-estar material.

O desenvolvimento, portanto, visa à realização do ser numa perspectiva baseada na participação responsável de todos os membros da sociedade. Assim, a educação tem papel fundamental, pois ela não serve apenas para fornecer pessoas qualificadas ao mundo da economia, visto que não se destina ao ser humano enquanto agente econômico, mas enquanto fim último do desenvolvimento (Mozetti; Ribeiro, 2018).

Para que fosse possível alcançar objetivo proposto deste estudo, foi conduzido pesquisa etnográfica, que segundo Rocha e Eckert (2008) a metodologia de pesquisa etnográfica que, constituindo-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir), impõe ao pesquisador um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele observado.

O método etnográfico encontra sua especificidade sendo composto de técnicas e de procedimentos de coletas de dados associados a uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do pesquisador junto ao grupo social a ser estudado (Rocha, Eckert, 2008).

Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser enquadrada como descritiva. A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Portanto, não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (Vergara, 2000).

Os procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica visou a fundamentar teoricamente o tema, ao passo que o estudo de caso é uma investigação empírica que explora um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes (Yin, 2010). De acordo com Gil (2010), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo um amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível em outros tipos de estudo.

O universo de estudo é a Cooperzimmer, fundada no ano de 2016 pelos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Hugo Zimmer, em um programa idealizado pela Sicredi Caminho das Águas, cooperativa foi fundada em 1923, com atuação na região dos Vales do Paranhana e Sinos e Litoral Norte gaúcho, com um único propósito: liberar o potencial de pessoas e negócios.

A Cooperzimmer caracteriza-se por seu viés sustentável, visto que os objetos de aprendizagem produzidos pelos estudantes priorizam a utilização de resíduos cujo descarte incorreto pode causar danos ao meio ambiente, como o óleo de cozinha usado. Os associados da Cooperzimmer também recolhem tampinhas plásticas e outros itens com objetivo de reciclar corretamente os materiais, bem como a arrecadação de recursos para a cooperativa. As ações da cooperativa são definidas anualmente em assembleia e fixadas no estatuto da Cooperzimmer.

A técnica para a obtenção de dados foi a coleta de depoimentos dos atores envolvidos no planejamento, implantação, execução e participação da cooperativa. Usando os critérios de acessibilidade e disponibilidade para participar do estudo, realizou-se contato por e-mail e obteve-se o aceite de três participantes. O plano para análise dos dados após o recebimento do termo de aceite e dos depoimentos consistiu em garantir o anonimato dos participantes, identificando-os como: Participante 1, Participante 2 e Participante 3, com números indicativos de seu nível de envolvimento no Programa, sendo o número 1 correspondente ao nível de coordenação municipal, 2 à docência / orientação e 3 ao estudante. Posteriormente, os dados obtidos receberam análise interpretativa por meio das comparações das respostas e a relação com o referencial teórico.

Este estudo da Cooperativa Escolar Cooperzimmer possibilita refletir acerca dos modos em que a educação potencializa a participação dos jovens e o desenvolvimento da região, a partir do conceito de educação como liberdade.

Identificam-se as primeiras iniciativas na região e as suas relações referentes à abordagem do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 4. Este objetivo versa sobre Educação de Qualidade e as Oportunidades Sociais apresentadas na teoria de Amartya Sen, abrangendo as possibilidades nas áreas de educação para uma vida melhor.

Em Rolante, as primeiras cooperativas escolares surgiram a partir

de uma parceria da Sicredi Nordeste, Marini Coop. e Secretaria Municipal de Educação e Esportes. As Cooperativas Escolares iniciaram em escolas piloto: EMEF Hugo Zimmer (COOPERZIMMER) e EMEF Santo Antônio (UNISANTO), com data de fundação em 24 de outubro de 2016 através de Assembleia (Participante 1).

O mesmo participante, que integra o processo de planejamento, implantação e execução, relata que as Cooperativas Escolares são consideradas pauta principal do município “Desde 2016, com o planejamento estratégico do município de Rolante apontando para a busca em ser referência em educação empreendedora e cooperativa até 2030”.

As cooperativas escolares certamente potencializam o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas, porém segundo Pollnow *et al.* (2021, p.17), “apesar de sua longa trajetória, ainda há poucos estudos científicos sobre as Cooperativas Escolares e seus impactos no desenvolvimento dos estudantes e de suas comunidades”.

Os resultados ainda demonstram como a mobilização entre os professores, alunos e a comunidade propiciam reflexões e alinhamentos ao planejamento e para execução do programa.

Uma de nossas preocupações é de cuidar das pessoas, do mundo e dos negócios. Ou seja, cuidar do lugar em que vivemos, para desenvolver, mas de forma sustentável. A CooperZimmer tem impactado de forma positiva a comunidade escolar, pois tudo o que arrecadamos provém das famílias ou da comunidade onde está situada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Hugo Zimmer (Participante 2).

O participante 2 evidencia também que “A cooperativa escolar CooperZimmer é um dos lugares onde os nossos estudantes potencializam sua autonomia”. Nesse aspecto, os depoimentos analisados indicam que os alunos que participam das cooperativas escolares adquirem diferentes habilidades, como liderança, repertório cultural, senso crítico e de solidariedade, e participação cidadã.

Eu sinceramente acho que não seria a mesma pessoa sem a cooperativa escolar. Sempre fui muito retraída, introvertida e acabei não compartilhando muitas das minhas ideias por vergonha ou insegurança, porém a cooperativa me ajudou a ter confiança em mim mesma (Participante 3).

Conclusões/Considerações finais

O estudo permite concluir que as cooperativas escolares, bem como a educação cooperativista, potencializam o desenvolvimento regional na medida em que contribuem para a formação de estudantes autônomos, solidários e responsáveis.

Os depoimentos coletados evidenciam o viés sustentável da Cooperativa Escolar Cooperzimmer, que busca formar indivíduos com espírito de liderança e cientes de sua responsabilidade ambiental individual e coletiva. Assim, foi possível concluir que a educação cooperativa e as cooperativas escolares são fatores que contribuem substancialmente para a formação de uma juventude dotada de consciência social e solidariedade.

Observa-se no trabalho desenvolvido pelas Cooperativas Escolares que os princípios cooperativistas são alcançados em sua integralidade e são fundamentais para a formação de uma nova geração cidadã e participativa.

Referências

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. ACI. **Notas de orientación para los principios cooperativos**. Antalya: ACI, 2015. Disponível em: <https://aciamericas.coop/wp-content/uploads/2023/09/Notas-de-Orientacion-sobre-la-Identidad-Cooperativa.pdf>. Acesso em 23 abr. 2025.

BALZAN, Amanda da Rocha; REISDORFER, Vitor Kochhann; SCCOTT, Carla Rosane da Costa; BRASIL, Miguel Augusto Bauermann; MACEDO, Wagner Nart. Educação cooperativa: experiências em cooperativas escolares para preparação profissional. **Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações**, Santo Ângelo, v. 7, n. 2, p. 102-116, jul./dez. 2019. DOI:10.31512/gesto.v7i2.3364

CANEDO, Uelinton de Oliveira; CAMARDELO, Ana Maria Paim; LUCAS, João Ignacio Pires; MADALOZZO, Magda Macedo; MARCON, Silvana Regina Ampessan; BOHM, Verônica. ODS-4: Educação de qualidade e o relacionamento professor-estudante. **Revista Latinoamericana Ambiente e Saúde**, Lages-SC, v. 5, n. 4 (especial), p. 32-37, 2023. Disponível em: <https://ojs.uniplaclages.edu.br/index.php/rlas/article/view/109>. Acesso em: 5 abr. 2025.

CAZAROLLI, Micheli. **Cooperativas escolares e suas contribuições para a educação integral: a experiência das escolas municipais de ensino fundamental da Região Centro Serra (RS)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro

de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Cascavel, 2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5933>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FUNDAÇÃO SICREDI. **Cooperativas Escolares**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://fundacaosicredi.org.br/cooperativas-escolares/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

FUNDAÇÃO SICREDI. **Relatório de Sustentabilidade 2020**. Porto Alegre, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOSER, Giancarlo. A educação como vetor de liberdade e desenvolvimento: reflexões pedagógicas em Amartya Sen. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 6, p. 1-13, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.6-242. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/7658>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MOZETTI, Rita Marta; RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. O desenvolvimento como liberdade de Sen, a educação libertadora de Freire e o desenvolvimento humano: diálogo entre Sen, Freire e a educação para o século XXI. **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 10, n. 1, p. 75-93, 2018. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/2072>. Acesso em 20 abr. 2025.

OLIVEIRA, Heron Lisboa de. O papel do cooperativismo escolar na formação do aluno/associado em sua atividade profissional. **Teor. Evid. Econ.**, Passo Fundo, v. 8, n. 14, p. 147-164, mai. 2000. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4818>. Acesso em: 23 abr. 2025.

POLLNOW, William; BENDER, Delci Cleonice; HERBERTZ, Fernanda; GROFF, Elisete Regina. Cooperativas escolares: o cooperativismo em prática para uma educação integral. In: CASTRO, Paula Almeida de. **VII CONEDU – Educação como (re)existência: mudanças, conscientização e conhecimentos**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. v.3, p. 620-639. *E-book* (Conedu em Casa).

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; CEBOLÃO, Karla Azevedo. Amartya Sen e o direito à educação para o desenvolvimento humano. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 88–104, jul./dez. 2017. DOI:

10.26668/IndexLawJournals/2525-9881/2017.v3i2.2520. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/2520>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. *In*: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SALEH, Sheila Martignago. **O programa de educação superior para o desenvolvimento regional (PROESDE) e a concepção de desenvolvimento em Amartya Sen**. 2023. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, Criciúma, 2023. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/11176>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Eloiza André Moraes; BÚRIGO, Fábio Luiz. A contribuição do cooperativismo no desenvolvimento sustentável. *In*: FORNECK, Elisandra; MAYER, Leandro; KERN, Gilvane (org.). **Cooperativismo e associativismo em Santa Catarina no contexto da imigração alemã para o sul do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 39-55.

SISTEMA OCB/RR. **História do Cooperativismo**. Boa Vista, c2025. Disponível em: <https://www.ocbrr.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo>. Acesso em 25 mar. 2025.

THESING, Nelson José; SAUSEN, Juliana da Fonseca Capssa Lima; BAGGIO, Daniel Knebel. Humanização na educação cooperativa: aplicações e contribuições na gestão e nas práticas do cooperativismo de crédito. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [s. l.], v. 12, n. ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 32–57, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3719>. Acesso em: 25 abr. 2025.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WENTROBA, Jaíne; BOTELHO, Louise de Lira Roedel. A teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e o direito a educação. **Revista Orbis Latina-ISSN: 2237-6976**, Foz do Iguaçu, v. 11, n. 2, p. 4-14, 2021.

Disponível: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/2967>. Acesso em: 23 abr. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Aniceto. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social. **Revista Brasileira de Direito**, v. 13, n. 1, p. 60-85, 2017. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1486>. Acesso em 26 mar. 2025.

Data de submissão: 09/05/2026

Data de aprovação: 12/05/2026

Revisão: sob a responsabilidade das autoras (português, inglês e espanhol).

Vitória Nicolini Nunes

Faculdades Integradas de Taquara

Avenida Oscar Martins Rangel, 4500 – Bairro Fogão Gaúcho

95600-000 Município/RS, Brasil

Orcid: 0009-0007-1289-8830

E-mail: vitorianunes@sou.faccat.br

Zilá Jacqueline Aubel

Faculdades Integradas de Taquara

Avenida Oscar Martins Rangel, 4500 – Bairro Fogão Gaúcho

95600-000 Município/RS, Brasil

Orcid: 0009-0005-4368-6043

E-mail: zilaaubel@sou.faccat.br